

A CENTELHA

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO



NEM NACIONALISMO, NEM LIBERALISMO

UMA EUROPA SOCIALISTA

UNIDADE E LUTA INTERNACIONAL!



OS COLETES AMARELOS

P6

AS ELEIÇÕES EUROPEIAS

P8

OS NOVOS PASSES SOCIAIS

P10

**SALÁRIOS, PREÇOS
E LUCROS EM
PORTUGAL**

P4



**UNIDOS PARA VALORIZAR
O TRABALHO E OS TRABALHADORES!**

O QUE DEFENDEMOS

Os interesses da classe trabalhadora!

- O monopólio estatal do comércio externo e a nacionalização, sob controlo democrático de organizações de trabalhadores, de toda a banca e sectores chave da economia, assim como das cem maiores empresas nacionais.
- A suspensão imediata do pagamento da dívida pública, apenas com a compensação de pequenos investidores e com base em necessidade comprovada.
- O aumento do Salário Mínimo Nacional para 900€ como um passo rumo a um salário digno.
- A jornada de trabalho semanal de 35 horas para todos os trabalhadores e a reforma completa aos 60 anos ou após 35 anos de trabalho.
- Subsídios de desemprego, pensões e reformas mínimas ao nível do SMN.
- Acabar com todas as formas de trabalho precário. Fim dos falsos recibos verdes. Contratação colectiva em todos os locais de trabalho com 10 ou mais trabalhadores.
- Um plano nacional de pleno emprego que vise distribuir equitativamente o trabalho por toda a população activa, reduzindo a jornada laboral sem perdas salariais.
- Um plano nacional de habitação

que exproprie toda a propriedade abandonada e distribua equitativamente as habitações por toda a população, com rendas que sirvam apenas para a manutenção das infra-estruturas e estejam sob o controlo democrático de comissões de moradores.

- Nenhum corte nos serviços sociais! Orçamentos adequados às necessidades da população, suportados pelo aumento dos impostos sobre o grande capital.
- O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como direitos básicos, portanto, totalmente gratuitos.
- A nacionalização de todas as empresas de saúde, de todas as instituições de ensino e de toda a rede de transportes públicos sob controlo democrático de organizações de trabalhadores e utentes.
- O fim dos exames nacionais para efeitos de conclusão do ensino secundário e de ingresso no ensino superior. Um modelo de ensino e condições laborais dignas em todas as escolas, universidades e politécnicos, que garantam um acompanhamento educativo adaptado às necessidades e percurso de cada estudante.
- O funcionamento democrático dos sindicatos, com eleição regular de todos os dirigentes sindicais, mandatos revogáveis e remuneração dos sindicalistas a tempo-inteiro equivalente ao

salário médio dos trabalhadores representados.

Uma economia ecológica!

- A nacionalização do sector energético sob gestão democrática das organizações de trabalhadores.
- A substituição dos postos de trabalho nas empresas poluentes por postos de trabalho ecológicos.
- O investimento público para uma transição dos combustíveis fósseis para energias renováveis no menor espaço de tempo possível.

O combate a todas as formas de opressão!

- Legalização e direito à nacionalidade portuguesa para todos os trabalhadores imigrantes! Os mesmos direitos sociais e políticos para toda a classe trabalhadora!
- O fim da desigualdade salarial entre os géneros. Salário igual por trabalho igual!
- Educação sexual inclusiva nas escolas a partir do ensino primário.
- A integração nos programas escolares do estudo da luta contra o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGBTfobia, a discriminação de pessoas com deficiência e todas as restantes formas de opressão.

• A completa legalização do aborto como um serviço de saúde igual a qualquer outro e o acesso gratuito a todos os métodos de contracepção disponíveis.

- Doze semanas de licença parental paga para a mãe, para o pai ou para o casal.
- Criação de uma rede pública, de qualidade e gratuita de creches, jardins de infância, cantinas, lavandarias e lares.
- Nacionalização de toda a rede de creches existente, sob controlo democrático dos trabalhadores, encarregados de educação e famílias, e construção de infra-estruturas de qualidade adaptadas às necessidades da população.

O socialismo e o internacionalismo!

- O planeamento democrático da economia, através da organização de conselhos de trabalhadores, para responder às necessidades de toda a população e proteger o ambiente.
- A solidariedade com as lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo. Um ataque contra um de nós é um ataque contra todos nós!
- Que no lugar da União Europeia do capital seja construída a união dos países da Europa e do mundo numa confederação socialista que garanta o direito à autodeterminação de todas as nações.

APOIA O SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO!

Décadas de luta contra o capitalismo ensinaram-nos a necessidade de finanças fortes numa organização que luta pelos interesses dos explorados e, em última instância, para acabar com a exploração. As nossas tarefas, as campanhas e intervenções junto dos jovens e trabalhadores, exigem dinheiro. Mas para manter a liberdade de crítica e acção, não podemos depender de financiamento do Estado ou de empresas. Uma organização revolucionária tem de depender unicamente da classe trabalhadora!

Deixamos por isso um apelo: se concordas com o nosso programa, faz um donativo.

IBAN: PT50 0035 0041 00008179 330 96

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

Gráfica: Artes Gráficas Lisboa.
Beco do Alegrete 2,
1100-378 Lisboa

✉ socialismo.revolucionario.cit@gmail.com

🌐 socialismohoje.wordpress.com

📘 [/socialismorevolucionario.centelha/](https://www.facebook.com/socialismorevolucionario.centelha/)



A REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA ACENTUA-SE

Em Março escrevemos que “grupos profissionais ligados à logística e aos transportes” poderiam “estrangular o capital com uma greve (...) na circulação de mercadorias, matérias-primas ou força-de-trabalho”, e que a requisição civil seria utilizada com muito maior facilidade contra uma greve deste tipo após a sua utilização contra os enfermeiros.

contra a ofensiva contra-revolucionária que desmantelou a estrutura produtiva em Portugal, despediu milhares de operários, privatizou empresas nacionalizadas em 1974-75 e indemnizou a burguesia pelos incómodos causados na Revolução — tudo isto como condição para adesão do país à Comunidade Económica Europeia (futura União Europeia). As marcas são

jurídico e disseminou ilusões na democracia burguesa e nos “interesses nacionais”, como ficar surpreso com a facilidade da direita em influenciar, por exemplo, os enfermeiros?

Mas as vitórias da direita são pírricas. A classe trabalhadora está a virar à esquerda, e nenhuma das aventuras do PSD ou do CDS teve até agora qualquer resultado tangível para estes partidos. A ameaça de aprovação da contagem integral dos anos de serviço dos professores foi a última grande manobra, e terminou com uma retirada humilhante da direita.

À esquerda a efémera “crise do governo” também expôs fissuras. A pressão imensa dos professores empurrou a direcção da FENPROF — que os traiu em 2008, na luta contra Sócrates — a organizar mobilizações massivas por quase 2 anos sem recuar na sua reivindicação central. Nisto, as bases colocaram a burocracia sindical em choque com a burocracia partidária do PCP, interessada apenas num acordo que garantisse a estabilidade do governo.

Outubro a “geringonça” for preservada ou aprofundada com a integração da esquerda no governo, o PCP pode perder irremediavelmente o controlo sobre a CGTP, tal como o PC francês e o PC espanhol perderam sobre a *Confédération Générale du Travail* e as *Comisiones Obreras*, respectivamente. Isto seria um duro golpe no partido.

Já o BE, que nunca desenvolveu raízes sindicais, nem por isso deixa de ser afectado. Desde 2015 que explicamos que as consequências da política de conciliação de classes seriam fatais para a esquerda no advento da nova crise. Orçamentos do Estado com redução do investimento público, um novo pacote laboral de precarização, a descida do salário real, a liberalização do mercado imobiliário e a subida galopante das rendas, dentro de um curto período de crescimento económico, só podem levar camadas cada vez mais amplas da classe trabalhadora a entrar na luta. As direcções do PCP e do BE, mantendo a política de conciliação de classes na próxima onda de

“UMA CAMADA DA CLASSE TRABALHADORA PROCURA MÉTODOS EFICAZES NA LUTA CONTRA O PATRONATO E, NISTO, ULTRAPASSA AS ACTUAIS DIRECÇÕES.”

A greve dos motoristas de matérias perigosas mostrou isso mesmo. Um consórcio de patrões como a ANTRAM viu-se forçado a aumentar o salário base dos motoristas para 1.400 euros, o capital foi de facto estrangulado, o governo foi abalado — declarando “emergência energética” e, pela segunda vez em três meses, accionando uma requisição civil.

Foi mais um episódio da reorganização de classes em Portugal, que acompanha uma reorganização internacional. Desde 2017 surgiram 24 novos sindicatos em Portugal — entre os quais se conta o Sindicato dos Motoristas de Matérias Perigosas. Dois aderiram à UGT, nenhum aderiu à CGTP-IN.

É inegável que uma camada da classe trabalhadora procura métodos eficazes na luta contra o patronato e, nisto, ultrapassa as actuais direcções. Como não podia deixar de ser, a CGTP, que é a maior, a mais importante e a que se encontra mais à esquerda das duas centrais sindicais do país, é impactada pela sua política de conciliação de classes com maior severidade do que a UGT, conhecida como a central amarela, dos patrões e do PS. A crise da CGTP grassa desde os anos 80, quando abdicou de uma luta consequente

visíveis na queda da taxa de sindicalização — um indicador da organização da classe —, hoje abaixo de 15% no público e de 10% no privado.

A fase actual, contudo, é qualitativamente diferente. O processo de decomposição das burocracias acelerou com a política adoptada perante este governo, e o resultado tem sido a perda de posições do PCP para o PS dentro da CGTP. Simultaneamente, a sangria de membros atinge níveis que provocam choques fratricidas dentro da confederação, com as direcções mais mesquinhas e burocráticas de um mesmo sector a disputar membros entre si.

Esta decomposição é o que explica os discursos detestáveis contra fundos de greve, a cumplicidade vergonhosa perante duas requisições civis e o maior ataque ao direito à greve desde a Revolução, assim como os rumores e calúnias que espalham contra os sindicatos independentes.

Sim, uma minúscula parte dos novos sindicatos é influenciada por forças de direita. Depois de décadas de deseducação em que a CGTP traiu a confiança dos trabalhadores, abandonou sectores inteiros à precariedade, trocou os métodos da luta de classes por apoio

“AS DIRECÇÕES DO PCP E DO BE, MANTENDO A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES NA PRÓXIMA ONDA DE LUTAS, ESTARÃO A COMETER SUICÍDIO POLÍTICO.”

Após o recuo previsível da direita, Mário Nogueira, dirigente da FENPROF, declarou à imprensa que considerava desfilhar-se do PCP. Um número crescente de dirigentes sindicais começa a questionar a conveniência do compromisso com um partido como o PCP para as suas carreiras. Não é difícil prever situações semelhantes no SEP (enfermeiros) e noutros sindicatos da CGTP que se vejam a braços com exigências maiores do que aquelas que o PCP pode acomodar na sua aliança actual com o PS.

Se após as legislativas de

lutas, estarão a cometer suicídio político.

O proletariado dá saltos bruscos de consciência. O método da greve geral e até internacional, o internacionalismo, o feminismo, a solidariedade entre povos e grupos oprimidos são ideias vivas e que crescem entre a juventude. A busca por ideias revolucionárias é imensa entre a juventude trabalhadora. Aos revolucionários cabe a tarefa de levar estas ideias aos movimentos, de apresentar uma plano de unificação das lutas à escala nacional e internacional: um programa socialista! ✪

SALÁRIOS, PREÇOS E LUCROS EM PORTUGAL

Gonçalo Romeiro

Portugal é um país de baixos salários, isso é conhecimento popular. No entanto, o governo do Partido Socialista com o apoio parlamentar do Bloco de Esquerda, Partido Comunista e Verdes, prometeu um novo capítulo para a vida dos trabalhadores em Portugal. A poucos meses do fim deste famigerado “ciclo virtuoso” o balanço para a classe trabalhadora é, no entanto, negativo. É para o Capital que a Geringonça funciona.

Para a burguesia, a Geringonça marcou um período dourado de acumulação de capital. Neste pequeno intervalo entre recessões, todos os benefícios de um crescimento económico baseado em especulação, precariedade e baixos salários foram arrecadados pela classe dominante, com a estabilidade política que só as direcções sindicais e políticas da esquerda parlamentar po-

dem oferecer.

Num período em que somos assediados pelos sorrisos obscenos de Berardo, num período em que a banca é continuamente resgatada e as dívidas destes senhores são perdoadas, os quatro maiores bancos a operar em Portugal registaram um lucro acumulado

“MESMO OS AUMENTOS MISERÁVEIS DE SALÁRIOS FORAM ANULADOS, TANTO PELA INFLAÇÃO COMO PELO AUMENTO DA CARGA FISCAL”

de 1.787,7 milhões de euros, mais 1.100 milhões do que em 2017! As empresas do PSI-20 lucraram 3.480 milhões em 2018, com mais de metade (66%) a ir directamente para o bolso dos accionistas. O resto é canalizado essencialmente para especulação.

O investimento produtivo continua, desde 2012, a ser inferior ao desgaste do aparelho produtivo e das infra-estruturas. O capitalismo há muito que

não é um factor de progresso. Os lucros, historicamente justificados para fazer avançar a capacidade da sociedade suprir as suas necessidades, hoje servem apenas para as orgias e os jogos especulativos da burguesia, preparando crises cada vez mais violentas. É nesta destruição material,

e não na suposta preguiça da classe trabalhadora, que encontramos a explicação para a estagnação da produtividade na última década, apesar do maior nível de qualificação dos trabalhadores. A burguesia, ao mesmo tempo que intensifica a nossa exploração, tem o desdramatamento de nos insultar!

Os salários reais caíram entre 2015 e 2018. Quem o diz é o próprio Ministério do Trabalho com base em dados do

Instituto Nacional de Estatística (INE). O governo comprova assim o que temos dito desde 2015: a austeridade não acabou e as condições de vida da classe trabalhadora continuaram a deteriorar-se. Mas a realidade é, como sempre, pior que as estatísticas oficiais. O estudo baseia-se na comparação da evolução dos salários com a evolução da inflação em termos médios gerais. Mas é preciso ir mais longe na aproximação à realidade.

Aqui destacaremos apenas dois factores. Por um lado, o aumento do número de trabalhadores a receber o salário mínimo nacional (SMN). Em 2018 eram já 1 milhão e 245 mil trabalhadores a “viver” – descontado o impacto da inflação e a contribuição para a Segurança Social – com uns miseráveis 516,2€ por mês!

Por outro lado é preciso olhar para a inflação com mais atenção. Enquanto os salários “subiram” 2,8% nominalmente, as rendas dispararam, nos últimos cinco anos, 34%! Acrescentemos que o preço do m² em Lisboa e no Porto voltou a superar os 20% de aumento em 2018 e está em dois dígitos nas cidades onde se concentra a classe trabalhadora. Um pequeno vislumbre da distopia que é a crise capitalista para a esmagadora maioria da humanidade.

Um salário mínimo de 600€ é um insulto para qualquer trabalhador em Portugal. Nesse sentido saudamos a mudança de posição das direcções da CGTP-IN e do PCP em relação à sua reivindicação de SMN dos 650€ para os 850€ no último 1º de Maio, ao mesmo tempo que estranhamos o silêncio, até ao momento de publicação deste artigo, da direcção do BE em relação a essa proposta. Desde já deixamos claro o nosso compromisso em lutar, lado-a-lado com os trabalha-



Piquete de Greve dos motoristas de matérias perigosas, Abril 2019. Foto: Mário Cruz/LUSA.

dores e as suas organizações, pelo aumento imediato do SMN para os 850€.

No entanto, devemos deixar também bastante claro que este é um valor insuficiente para responder ao aumento do custo de vida em Portugal. É inclusivamente um SMN muito inferior ao seu valor em 1974, quando foi conquistado pelo proletariado após o 25 de Abril. Foi a própria direcção da CGTP-IN que recordou, no final de 2017, que o salário mínimo devia estar nos 1.268€ caso tivesse sido actualizado em função da inflação e da produtividade. Em 2019, a rede de solidariedade sindical A CASA estima que seja necessário um salário de 1.400€ brutos para se viver com dignidade em Portugal. O governo do PS não ignora estes factos sobre a vida da classe trabalhadora, mas o amo que serve é outro. Mesmo os aumentos miseráveis de salários foram anulados, tanto pela inflação como pelo aumento da carga fiscal, que atingiu novo máximo histórico em 2018 (34,5% do PIB). Assim cai por terra o canto de sereia da “recuperação de rendimentos”.

Um plano de luta para sair da pobreza

Os últimos 3 anos e meio serviram, apesar de tudo, para recordar importantes lições da luta de classes. Não é com “compromissos”, “moderação”, “paciência” e acordos palacianos que melhoramos as nossas condições de vida. As palavrinhas traiçoeiras que a burguesia dá ao proletariado — “colaboradores”, “membros da equipa”, “parte da família” — são tão falsas em tempos de governo PSD-CDS como o são nos governos do PS. Recordá-mos nestes anos que só a luta sem tréguas, colectiva e organizada muda a vida. Foi isso mesmo que a vitória dos estivadores do porto de Setúbal nos mostrou em Novembro de 2018. Numa luta até ao fim contra multinacionais e governo obrigaram a um recuo sem precedentes da precariedade no porto e conquistaram um salário bruto de 1.400€. Agora são os motoristas de matérias



Arménio Carlos discursa no comício do 1º de Maio em Lisboa, 2019. Foto: CGTP.

perigosas que nos inspiram com mais uma importante vitória. Também eles conquistaram um salário base de 1.400€, construindo um novo sindicato pelo caminho.

Por tudo isto, se a sua política se mantiver, de pouco serve à direcção da CGTP-IN encher

— como um passo para um salário digno e as 35 horas para todos como um passo para um plano de pleno emprego.

Aqui, alguém nos dirá: “Isso levaria à ruína do pequeno comércio e de toda a economia!”. A nossa resposta é clara, a pequena-burguesia comercial

pequeno negócio.

Mas uma economia nacionalizada pela classe trabalhadora iria ainda mais longe! Acabaria com a sangria dos Espírito Santo, Mellos, Mexias e Co. — que todos excepto a grande burguesia pagam — lançando as bases para um plano de investimentos nas infra-estruturas degradadas, modernizando o tecido produtivo, recuperando e alargando a ferrovia, garantindo habitação, saúde e educação de qualidade e acessível para todos. Seria possível planear uma transição energética célere, garantindo todos os postos de trabalho e o futuro do nosso planeta. Finalmente, é através de um tal plano que aumentaríamos a produtividade do trabalho abrindo as portas à redução da jornada de trabalho até alcançarmos o pleno emprego. *i.e.*, a divisão do trabalho socialmente necessário por todas as pessoas aptas a trabalhar.

É este o programa que precisamos. O capitalismo em crise não o pode permitir, e é por isso que deve ser ultrapassado. Rejeitamos as suas duas caras: o nacionalismo e o liberalismo. Defendemos uma frente unida da esquerda capaz de lutar por uma Europa e por um mundo socialistas! ✪

“É POR ISSO QUE HÁ MAIS DE UM ANO EXIGIMOS O AUMENTO IMEDIATO DO SMN PARA OS 900€ (...) COMO UM PASSO PARA UM SALÁRIO DIGNO.”

o peito e subir a sua reivindicação de SMN para os 850€. Aquilo que se exige é a preparação de um plano de luta consequente. A preparação de uma greve geral de 24 horas como o primeiro passo desse plano, unificando a onda de greves em curso e colocando no centro da luta o aumento imediato do SMN, a redução da jornada de trabalho, a defesa da contratação colectiva e o pleno direito à greve — acabando com a lei da requisição civil!

Na base desse plano tem de estar um programa que retire de facto quem trabalha da pobreza. É por isso que há mais de um ano exigimos o aumento imediato do SMN para os 900€ — que responda à inflação sendo acompanhado pelo controlo democrático das rendas e outros bens essenciais

não ganha nada por arrastar a miséria do proletariado por mais tempo. O que é necessário é lutar pela expropriação da banca e dos sectores chave da economia. E por isso recusamos faseamentos e excepções! Os trabalhadores já pagaram demasiado por uma crise que não é sua. Como produtores de toda a riqueza exigimos a abertura dos livros de contas das empresas. Queremos saber quem pode pagar e quem não. Um governo dos trabalhadores, através do controlo democrático da banca nacionalizada, garantiria que seria o grande capital a pagar o aumento dos salários, dando aos pequenos comerciantes o crédito necessário, a juro zero, para financiar essa transição — até o aumento da procura interna viabilizar de novo o seu



Coletes amarelos em protesto em Paris, 11 de Maio, 2019. Foto: Michel Euler/AP/Shutterstock.

COLETES AMARELOS UM PRENÚNCIO DA REVOLUÇÃO EUROPEIA

Ismail X & João Gorizia

A cada sábado desde 17 de Novembro de 2018, as ruas de Paris e de outras cidades por toda a França enchem-se de manifestantes que bloqueiam estradas e boicotam portagens.

O aumento dos impostos sobre combustíveis, que se somou ao aumento de 23% no preço dos combustíveis, e que se estima afectar directamente 17 milhões de pessoas, foi a centelha para que a indignação popular latente explodisse.

As exigências iniciais dos Coletes Amarelos — centradas nos impostos sobre os combustíveis — foram ultrapassadas, ampliando-se ao aumento do salário mínimo, à taxação das grandes fortunas e à demissão do presidente Emmanuel Macron, já comparado por alguns manifestantes ao guilhotinado Luís XVI.

Segundo as sondagens, no final de 2018, não menos de 80% da população francesa apoiava o movimento! Ciente disto, Macron cancelou o aumento do imposto sobre combustíveis e anunciou um aumento do salário mínimo em 100€ através de um subsídio às empresas — ou seja, anunciou um aumento de salários que não tocou nos lucros da burguesia e que, em última análise, significa um corte no salário indirecto (serviços públicos).

Esta medida foi inútil tanto para a classe trabalhadora e camadas empobrecidas como para o próprio Macron. Embora os números de manifestantes tenham de facto decrescido com o desgaste inevitável depois de mais de 5 meses de luta ininterrupta, o movimento continua!

O carácter proletário do movimento

Desde o seu início que este movimento desencadeou uma discussão à esquerda sobre a sua natureza de classe, com aqueles que o defendem como progressista e aqueles que o acusam de ser um movimento reaccionário.

Em movimentos tão massivos como este, os manifestantes não podem ser de uma única classe social. É inegável que a pequena-burguesia e os trabalhadores das pequenas localidades foram os mais directamente afectados pela subida dos combustíveis e, portanto, foram quem iniciou o movimento, impondo a sua marca nas primeiras exigências.

A presidente do partido de extrema-direita *Rassemblement National*, Marine Le Pen, assim como o italiano Matteo Salvini e outros líderes da extrema-direita pela Europa, apoiou os protestos tanto por oportunismo como numa ge-

núna tentativa de explorar algum potencial reaccionário no movimento.

Isto serviu de base a uma análise superficial que pretende ver nas manobras da extrema-direita uma prova acabada do carácter reaccionário dos coletes amarelos. Isto só reflecte os medos das burocracias sindicais e das camadas mais cultas e confortáveis da pequena-burguesia, que olham com total desprezo e desconfiança para todos os levantamentos populares. Se fosse de outra forma, mesmo mantendo a superficialidade da análise, dar-se-ia muito mais peso à brutal repressão com que o Estado burguês respondeu ao movimento — já há mais de oito mil detidos! —, facilitada pelo “estado de excepção” decretado pelo anterior presidente, François Hollande, do Partido Socialista francês.

Esses que, à esquerda, declaram os coletes amarelos

“reaccionários” são os mesmos que só conseguem ver no independentismo catalão, na oposição à UE, nas greves dos enfermeiros e dos condutores de matérias perigosas e em tudo o que se mexe fora da ordem burguesa a “reação”

“UM MOVIMENTO QUE HAVIA SIDO INICIADO PELA PEQUENA-BURGUESIA E TRABALHADORES RURAIS FOI QUASE IMEDIATAMENTE TOMADO PELA CLASSE TRABALHADORA, E AS SUAS REIVINDICAÇÕES AVANÇARAM A UMA VELOCIDADE IMPRESSIONANTE.”

e o diabo. Não fazem mais do que expôr os seus preconceitos pequeno-burgueses, a sua permeabilidade à “opinião pública” burguesa, à imprensa e a todos os meios de comunicação social da classe dominante.

Os marxistas não se podem deixar impressionar por nada disto. Uma análise dialéctica que, antes de mais, toma os fenómenos na sua totalidade e no seu processo perpétuo de transformação, permite extrair do desdobramento desse processo até ao momento actual uma *tendência geral*.

Olhando para o que se passou desde Novembro até hoje, sabemos que a tendência geral dos coletes amarelos foi demonstrada uma e outra vez: com a expulsão física de manifestantes fascistas; com o impacto do movimento sobre os sindicatos, enfraquecendo as burocracias e animando as bases; com a reacção imediata de solidariedade que a enorme massa de coletes amarelos demonstrou perante a marcha feminista de 8 de Março; e, acima de tudo, com a formação de assembleias que ecoam os conselhos de trabalhadores (soviets) da melhor forma possível *apesar* das direcções actuais do movimento operário.

Tudo isto mostra como os coletes amarelos estão à esquerda das direcções reformistas políticas e sindicais. Este é um movimento de massas essencialmente marcado pela sua composição e pelo seu carácter proletário, que coloca na

ordem do dia a transformação revolucionária da sociedade!

A actuação das burocracias

As burocracias sindicais atacaram o movimento antes mesmo da primeira manifestação. A direcção da *Confé-*

dération Générale du Travail (CGT), principal central sindical do país, fez um comunicado acusando os coletes amarelos de ser de extrema-direita. Mas em menos de um mês, os estudantes já se juntavam aos protestos ocupando centenas de escolas e universidades, os pensionistas arriscavam-se também nas ruas e, como era inevitável, largos sectores da classe trabalhadora, entre os quais estavam imensos trabalhadores sindicalizados, vestiam também o colete amarelo.

Para salvar a cara, a burocracia da CGT convocou greves em vários sectores, e no terceiro sábado de protestos, em cidades como Toulouse, Rouen e Marselha, a manifestação sindical fundiu-se à convocada pelos coletes amarelos, apesar de todos os esforços das burocracias.

Assim, um movimento que havia sido iniciado pela pequena-burguesia e trabalhadores rurais foi quase imediatamente tomado pela classe trabalhadora, e as suas reivindicações avançaram a uma velocidade impressionante.

A pressão das bases sindicais tornou-se de tal maneira forte que a CGT convocou finalmente uma greve geral de 24 horas para o dia 5 de Fevereiro. A classe trabalhadora encheu as ruas de Paris e a CGT foi pela segunda vez obrigada a convocar greve geral, desta vez a 19 de Março. Nos bloqueios de rotundas passaram a estar as faixas de sindicatos.

A principal preocupação das burocracias é agora manter os

trabalhadores longe das assembleias de coletes amarelos que se formam em várias localidades e chegaram já a organizar por duas vezes uma Assembleia de Assembleias com delegações vindas de todo o país. Se estes órgãos se encontram ainda em forma embrionária, é acima de tudo por não estarem organicamente ligados aos locais de trabalho, o que dificulta que se constituam como órgãos de poder proletário e inaugurem um período de duplo poder. E se as burocracias sindicais têm uma enorme quota de responsabilidade nesta desarticulação, elas não fazem mais do que aquilo que se espera de burocracias. O papel decisivo tem de ser jogado por uma direcção política revolucionária.

A crise da direcção revolucionária

Durante o último mês, a quantidade de manifestantes tem diminuído, alcançando agora apenas alguns milhares, quando no início eram centenas de milhares só em Paris. No sábado após o incêndio de Notre-Dame o número de manifestantes por toda a França voltou a contar-se perto dos trinta mil, criticando desta vez

“O FACTO DE ESTE MOVIMENTO AVANÇAR PARA TENTATIVAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE ÓRGÃOS DE DECISÃO VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICOS E DE, NESSE ESFORÇO, EXPRESSAR UM PROGRAMA ANTI-CAPITALISTA, DEIXA CLARO O POTENCIAL REVOLUCIONÁRIO QUE CONTÉM.”

a hipocrisia das doações milionárias para a reconstrução da catedral, mas no fim-de-semana seguinte houve as mais pequenas manifestações desde Novembro.

É impossível um movimento permanecer em ebulição sem vitórias. As massas estão a perder o fôlego, e existe o perigo cada vez maior de os elementos alheios à classe trabalhadora ganharem expressão. Mas o movimento elevou a consciência e a experiência de uma nova camada de trabalhadores na luta anti-capitalista, e

não pode ser reduzido apenas a manifestações de rua.

No fim-de-semana de 5 a 7 de Abril realizou-se em St. Nazaire, a 2ª Assembleia das Assembleias dos coletes amarelos, contou com a participação de 800 delegados representando cerca de dez mil coletes amarelos por todo o país. Na declaração aprovada pode ler-se a condenação da violência estatal e a exigência de libertação imediata de todos os manifestantes presos; a expansão das reivindicações iniciais de melhores condições de vida e de recuperação de direitos e liberdades, o fim de todas as formas de discriminação e desigualdades e, contundentemente, a afirmação da necessidade de sair do capitalismo. Uma nova Assembleia de Assembleias está marcada para o mês de Junho.

O facto de este movimento avançar para tentativas de construção de uma estrutura de órgãos de decisão verdadeiramente democráticos e de, nesse esforço, expressar um programa anti-capitalista, deixa claro o potencial revolucionário que contém.

Só a ausência de uma direcção que apresente um programa revolucionário a todo o mo-

vimento poderá explicar uma eventual derrota ou desvirtuação deste magnífico, criativo e prolongado levantamento das massas em França! Mais uma vez se demonstra que a tarefa que se coloca aos marxistas é a de construir uma direcção revolucionária temperada na luta e capaz de actuar no momento crucial com o apoio e a confiança das massas para a conquista do poder. O movimento dos coletes amarelos é nada menos do que um prenúncio da revolução europeia.



AS ELEIÇÕES EUROPEIAS E AS LUTAS DE CLASSES

Ismail X

Não é um acaso que a abstenção tenha sido a vencedora na maioria das eleições europeias. A crise dos órgãos da democracia burguesa é internacional, e duas décadas de políticas de ataques aos direitos laborais e de cortes nos serviços e no investimento públicos deixaram a sua marca na memória dos trabalhadores e da juventude. Em massa, a classe trabalhadora nunca votará numa força incapaz de apresentar uma alternativa radicalmente diferente à União Europeia. Para o fazer, um partido de trabalhadores precisa de ter bem claro quais são as bases materiais da UE, que contradições do capitalismo expressa, que contradições internas a atravessam e, por fim, que utilidade têm os assentos no Parlamento Europeu (PE) para explorar todas essas contradições a favor da revolução.

A base económica da União Europeia

Uma das contradições centrais do capitalismo existe entre a crescente socialização da produção e a propriedade privada dos meios de produ-

ção. Hoje, quando numa única mercadoria está contido o trabalho de centenas de milhares de trabalhadores espalhados por dezenas de países, o controlo privado da produção gera o caos económico e, em última instância, comporta um limite ao desenvolvimento das próprias forças produtivas. O imperialismo, como estágio em que o capital transborda as fronteiras nacionais e as burguesias entram em competição sangrenta por matérias-primas e mercados em todo o globo, é a forma mais elevada desta contradição em capitalismo, é a base económica de ambas as guerras mundiais, e igualmente a base da UE.

No pós-guerra, as principais economias do velho continente — acima de tudo a alemã, a inglesa e a francesa — foram gradualmente empurradas para uma “comunidade económica” pela pressão competitiva de economias como os EUA, a China, o Japão ou a Rússia. A “união” existe como tentativa de prosseguir a socialização da produção sem abolir a propriedade privada, de ultrapassar os limites do Estado nacional sem o dissolver, e de conseguir tudo isto sem estabelecer relações de dominação militar entre países europeus.

A grande recessão de 2008 só veio mais uma vez demonstrar que esta tentativa é completamente frustrada. Na impossibilidade de gerir as contradições do modo de produção de outra forma, as burguesias mais poderosas continuarão a usar os velhos métodos imperialistas. O esmagamento em iguais partes brutal e pedagógico do Syriza e das suas

“O IMPERIALISMO É A BASE ECONÓMICA DE AMBAS AS GUERRAS MUNDIAIS, E IGUALMENTE A BASE DA UE.”

quimeras reformistas mostrou novamente aquilo que os marxistas explicam desde Lenin: “Os Estados Unidos da Europa, no capitalismo, equivalem ao acordo sobre a partilha das colónias. Mas no capitalismo é impossível outra base, outro princípio de partilha que não seja a força.”

Uma nova recessão trará convulsões sociais muito mais violentas do que a anterior porque a burguesia esgotou todas as medidas contra-cíclicas. As burguesias alemã, inglesa e francesa serão bonecas de trapos perante o furacão que o capitalismo pôs em marcha. Em primeiro lugar, serão comprimidas na unidade europeia

pela força das maiores potências económicas exteriores.

Em segundo lugar, pela força das contradições de interesses entre si, serão lançadas numa luta de morte pelo domínio da “união”, que será cada vez mais abertamente colonial. E esta luta, como se vai aclarando, favorece uma vitória germânica — a Alemanha arrastará pelos tornozelos a Inglaterra, a França, a Itália, a Espanha e todas as suas outras “irmãs” europeias.

Por último — e este é o maior problema —, os capitalistas terão de enfrentar, a cada passo,

o proletariado, a classe revolucionária.

A queda da máscara progressista

As burguesias de todo o mundo montaram uma virulenta ofensiva ideológica contra a União Soviética e todo o bloco das economias planificadas. A transformação da Comunidade Económica Europeia em UE acontece no momento mais alto e triunfal desta ofensiva: os anos imediatamente seguintes à restauração do capitalismo na Rússia.

Sem cessar no combate encarniçado contra os trabalhadores, as burguesias europeias usaram todos os meios para apresentar cada conquista do proletariado, por mais pequena que fosse, como uma qualidade inerente ao “mercado livre” e, posteriormente, à UE.

Esta máscara progressista da UE, que levou décadas a montar, está condenada a cair. A nova crise capitalista implicará políticas de rebaixamento das condições de vida de centenas de milhões de trabalhadores na tentativa desesperada de salvar os lucros. O mais terrível desafio da UE é precisamente o de lançar um ataque sem precedentes contra o proletariado sem provocar uma revolução que muito rapidamente se tornaria europeia.

Os últimos desenvolvimentos políticos na Europa — como



Marisa Matias, candidata pelo Bloco de Esquerda. Foto: ESTELA SILVA/LUSA.

o movimento dos coletes amarelos, as mobilizações de massas no Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, os protestos estudantis pelo clima e incontáveis greves —, já deixaram clara a resposta dos trabalhadores e da juventude a novos ataques.

As divisões na UE são o reflexo de divisões profundas no seio da classe dominante, que olha para o futuro indecisa e temerosa. O Brexit, arrastando-se interminavelmente, fez da obtusa expressão facial de Theresa May a imagem desta indecisão. Mas o mais importante sintoma das divisões burguesas é o fortalecimento da extrema-direita. Ela é a voz de partes cada vez mais significativa das várias burguesias nacionais que, cientes das consequências políticas da próxima crise, defendem desde já uma atitude de guerra aberta à classe operária e de esmagamento de todas as suas conquistas.

E ainda que a extrema-direita de vários países, para consolidar uma base social, se tenha apoiado no ódio das massas populares à UE ou buscado financiamento e apoio fora da Europa, ela representa sectores de burguesias nacionais que não têm qualquer alternativa real à UE. De resto, o seu programa é perfeitamente conciliável com a permanência. Uma estrutura supranacional de órgãos de poder burgueses que afoga centenas de milhares de vidas no Mediterrâneo, que resulta de décadas de corrupção, pilhagens e guerra — acima de tudo, guerra contra o proletariado internacional — não é alheia a nenhum aspecto do programa político da extrema-direita.

Nem capitalismo europeu nem capitalismo nacional...

Perante a reacção, os reformistas fazem o que fizeram durante toda a história do movimento operário e socialista: opõem-lhe a democracia burguesa.

Em Portugal, o PS fá-lo com um programa nauseante de defesa intransigente da UE como consubstanciação dos “valores democráticos”, mesmo depois dos anos de miséria da Troika, da crise grega, da crise catalã,



João Ferreira, candidato pela Coligação Democrática Unitária (CDU). Foto: Partido Comunista Português (PCP).

da participação nas guerras imperialistas e da consequente crise de refugiados. A social-democracia, como uma melga à cabeçada numa lâmpada eléctrica, insistirá neste curso até à morte.

Na outra ala do reformismo, o PCP procura os “valores democráticos” no Estado nacional e levanta um programa de “retorno” à “soberania” que, como é intrínseco a todas as estirpes de reformismo, não só ignora o carácter de classe

“NO PE, A FUNÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO PROLETARIADO É DESMASCARAR O CARÁCTER BURGUEZ E REACCIONÁRIO DA UE E AGITAR OS TRABALHADORES DE TODA A EUROPA NA LUTA CONTRA AS BURGUESIAS EUROPEIAS.”

do Estado como ignora ainda, olímpicamente, todo o processo histórico de formação da UE. O seu programa soberanista esgota-se na proposta de “preparação” da saída da moeda única, permanecendo ainda na UE!

O BE, por sua vez, oscila entre ambas as alas do reformismo. Marisa Matias, quando questionada sobre a moeda única, não foi além da defesa de “uma reforma profunda” que garanta uma moeda “ao serviço de todas as economias e não apenas da economia alemã”. Esta posição é utópica tanto por ser impossível como por ser completamente livre de qualquer plano de execução.

Ambas as forças da esquerda, no entanto, falham fundamentalmente na própria abordagem às eleições. Como todos os parlamentos burgueses, o PE é a fachada democrática da ditadura do capital. E é um órgão sem poderes reais. Discorrer longamente sobre medidas progressistas a ser tomadas no PE — em defesa de saúde, educação, emprego, etc. —, como se este fosse um espaço de decisão, e ainda fazer esforços para legitimá-lo ou exagerar os

seus poderes, é espalhar ilusões sobre o carácter da UE, é atirar areia aos olhos dos trabalhadores.

... socialismo e internacionalismo proletário!

O programa de um partido de trabalhadores tem de centrar-se na independência da classe trabalhadora face a todas as outras classes, e basear-se unicamente na força das organizações operárias. No PE, a função de um representante do proletariado é desmascarar o carácter burguez e reaccionário da UE e agitar os trabalhadores de toda a Europa na luta contra as burguesias europeias.

Não há solução para os problemas dos trabalhadores e da juventude dentro de órgãos criados para servir o capital financeiro. A única “preparação” possível para sair do Euro e da própria UE (porque uma coisa é impossível sem a outra) é um plano consequente de luta das organizações sindicais e políticas de trabalhadores, entre as quais se contam a CGTP, o PCP e o BE, actuando numa frente unida — pela expropriação da banca, de todos os monopólios e de todas as empresas chave da economia sob controlo dos trabalhadores, não só para impedir a fuga de capitais como para impedir a sabotagem económica. E este plano de luta nunca poderá fazer-se com o objectivo de “retorno” a uma “soberania” idealizada. Ele só é possível com o mais pleno internacionalismo, mobilizando activamente a solidariedade do proletariado internacional.

Entrámos num período de revolução e contra-revolução. A classe trabalhadora luta com todas as armas que tem e, quando necessário, improvisa novas armas no calor dos acontecimentos, mostrando a cada momento da luta de classes estar muito acima dos seus dirigentes. Um programa revolucionário, baseado unicamente na força e nos métodos do proletariado internacional, é o único caminho para derrotar tanto as políticas liberais como a extrema-direita e pôr em marcha a revolução europeia. ✪

OS NOVOS PASSES SOCIAIS: UMA RENDA PARA O CAPITAL

Sofia Cazal

A subida brutal das rendas, que resultou na expulsão massiva de trabalhadores dos centros de Lisboa e do Porto para cada vez mais longe, os salários de miséria e os preços absurdos dos passes — que chegavam a 30% do salário mínimo —, geraram uma situação em que um número crescente de trabalhadores ficava incapaz de procurar trabalho fora da sua localidade. Os capitalistas começaram a ter um problema de acesso a uma mercadoria indispensável: a força de trabalho.

O que são os novos passes sociais?

Além de uma medida eleitoralista, os passes são uma resposta às necessidades do capital — facilitando-lhe o acesso a força de trabalho — e uma renda para empresas privadas de transportes. O Estado pagará todos os meses a diferença de preços entre os velhos e os novos passes, e como estes novos contratos se baseiam numa estimativa do número de passageiros, pagará sempre em excesso. O privado terá os lucros intocados, senão aumentados, e assegurados pelo Estado.

Mantendo a mercantilização

dos transportes, esta medida dá ainda aos capitalistas poder sobre a própria existência do acordo, o que significa que a sustentabilidade dos novos passes é muito duvidosa. Luís Cabaço Martins, administrador da Barraqueiro, já o deixou claro ao ameaçar que o acordo estaria em risco caso o Estado não compensasse as empresas ou pagasse a “más horas”. E como típico patrão, ainda se queixou de dificuldades em “pagar salários e combustíveis” apesar dos enormes lucros da Barraqueiro.

Quem paga por esta medida?

A redução do preço dos passes aumenta a mobilidade dos trabalhadores e a utilização dos transportes públicos. Em abstracto, isto é muito positivo. Mas na realidade concreta, com uma rede de transportes degradada e insuficiente, estamos a falar da aceleração da degradação, da superlotação, do caos.

Com 100 mil novos utentes previstos para este ano e os 10 mil novos cartões pedidos em Lisboa só entre 25 e 28 de Março, a crise é iminente.

Os primeiros efeitos já se sentem: a Transtejo Soflusa, com mais passageiros e sem aumento da frota ou contratação de trabalhadores, tem agora os barcos para o Barreiro a iniciar a viagem somente após atingir a lotação total, independente do horário! Na Fertagus,

onde houve mais 500 mil validações de títulos em Abril deste ano do que em Abril do ano passado, retiraram-se bancos das carruagens para caberem mais passageiros de pé. Todas as “soluções” dos capitalistas obedecem a esta regra: não investir nem aumentar os custos de manutenção. Os trabalhadores são a última preocupação, até porque não têm alternativa senão aceitar o que houver.

Como se não bastasse tudo isto, a medida é um forte golpe nas contas das empresas públicas de transportes. Estas empresas já estavam numa situação de subfinanciamento, mas agora, com a canalização do investimento para os privados e a redução dos preços dos passes, estão numa situação fatal. Ainda mais porque pagam toda a manutenção, mesmo quando o lucro vai para empresas privadas — como no caso da Refer (pública), que faz a manutenção das infraestruturas utilizadas pela Fertagus (privada).

Por fim, há o problema das dívidas que estas empresas públicas contraem para funcionar, com contratos *swap* e juros absurdos que são só outro mecanismo para encher os bolsos do capital financeiro. Não é difícil entender que se está a preparar a privatização de tudo o que resta.

No fim das contas, a classe trabalhadora pagará muito caro por estes passes.

A luta é pela nacionalização sob controlo dos trabalhadores!

As declarações celebrativas do BE e do PCP sobre este acordo mantêm a máscara de esquerda de um governo do capital. Estas burocracias não só ignoram a situação dos trabalhadores e do investimento público, como ainda competem inutilmente pelo mérito da medida. É o PS, depois de anos de apoio praticamente acrítico da esquerda, quem fica com todo o mérito.

O que se exige da esquerda é um plano de luta para a expropriação e nacionalização dos transportes sob controlo de organizações de trabalhadores e utentes. Só assim se põe fim aos lucros especulativos do privado e se consegue um investimento massivo no sector para alcançar de facto o direito à mobilidade, ou seja, transportes gratuitos e uma rede que cubra as necessidades de todas as localidades e regiões do interior. A planificação centralizada a nível nacional possibilitaria ainda uma rede de transportes realmente ecológica, com investimento na transição de todo o sector para energias limpas. Para tudo isto, claro, é indispensável a nacionalização da banca — anulando as dívidas das empresas públicas — e garantindo que a igualmente indispensável taxaço dos grandes lucros não resulta na fuga de capitais.

Se dentro da lógica capitalista não há solução, está na hora de ultrapassar esta lógica. ✳



O primeiro-ministro, António Costa, acompanhado pelo ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos. 2019. Foto: JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA.



Da esquerda para a direita: Nicolas Maduro, Donald Trump e Juan Guaidó. Foto: Reuters/EPAImage.

VENEZUELA: UMA NOVA TENTATIVA DE GOLPE

Bruno Penha

A 30 de Abril deu-se a mais recente tentativa de golpe de Estado na Venezuela, encabeçada uma vez mais por Juan Guaidó e Leopoldo López, membros do partido de extrema-direita *Voluntad Popular*. Com a ajuda de poucas dezenas de militares, Guaidó libertou López da prisão domiciliária e ocupou a pequena base aérea *La Carlota*. O apoio interno ao golpe limitou-se ao responsável da inteligência militar (SEBIN) e a mais um punhado de altas patentes. Apesar do assédio dos serviços secretos estado-unidenses, o apoio do exército foi tão pouco expressivo que tiveram de enganar soldados a participar no golpe. Estes, assim que se aperceberam do objectivo da operação, prontamente abandonaram os seus postos. O apelo ao “povo” para que “tomasse as ruas” foi igualmente ignorado.

O governo português continua do lado dos golpistas, reconhece Guaidó e participa nas sanções retendo mais de 1500M€ do Estado Venezuelano no Novo Banco. À esquerda, a direcção do BE “condena a ingerência máxima de Trump e seus aliados na Venezuela” mas pede que se ouçam “os apelos do secretário-geral das Nações Unidas, (...) do Papa

Francisco e de vários líderes democráticos da América Latina”, figuras que fazem o jogo do imperialismo estado-unidense ao pedir a Maduro um acordo com a reacção! Este acordo apoiado pelo BE não é mais do que a rendição à extrema-direita.

Guaidó ao serviço do imperialismo

Esta é a mesma extrema-direita responsável por dezenas de mortos e feridos nas guarimbas de 2014 e 2017 — razão pela qual López foi condenado a 14 anos de prisão —, que pede aos EUA mais sanções económicas — principais responsáveis por um aumento de 31% na taxa de mortalidade na Venezuela entre 2017 e 2018 segundo um relatório do *Center for Economic and Policy Research* — e intervenções militares no seu próprio país. Educados em universidades estado-unidenses, Guaidó e López têm o mesmo projecto de privatizações e precarização levado a cabo por “líderes democráticos” como Bolsonaro.

Apesar disto, a burguesia, através de uma gigantesca campanha de desinformação, tenta retratar Guaidó e López como “defensores da democracia”. O grande capital dos meios de comunicação social transformou uma tentativa da CIA a 23 de Fevereiro de lhes

entregar armas e dinheiro em “ajuda humanitária” e retratou agora o golpe de 30 de Abril como tendo o “apoio maioritário do exército” quando, na verdade, apenas teve o apoio de poucas dezenas de militares.

O papel de Maduro e do PSUV na crise

O governo de Maduro é o governo da burocracia do PSUV que se consolidou nos últimos anos do governo de Chávez precisamente porque a revolução não avançou até à tomada do poder pela classe operária, mantendo o carácter burguês do Estado apesar das incríveis vitórias dos trabalhadores e camponeses — a instauração do controlo operário numa série de fábricas e empresas, o início da reforma agrária, a criação de uma nova central sindical (a UNT) e a formação do PSUV como um partido da classe trabalhadora. Chávez, que apoiou as expropriações e o controlo operário uma vez iniciado este processo pela força e iniciativa dos trabalhadores e camponeses, nunca deixou, no entanto, de vacilar entre o reformismo e a revolução, nunca se constituiu como um dirigente marxista e revolucionário. Pelo contrário, Chávez caiu cada vez mais sob a influência de defensores de uma “economia mista” e de reformistas da

laia de Juan Carlos Monedero, e procurou forças não na classe operária e na revolução socialista internacional, mas antes na exploração das tensões entre burguesias imperialistas e em alianças internacionais com chefes de Estados. Após a sua morte, Maduro fixou este rumo.

O actual governo privatizou empresas expropriadas, abriu para exploração privada partes do Arco Mineiro do Orinoco e vendeu acções da PDVSA a capital imperialista, muito dele chinês e russo. Por agora, esta estratégia serve para manter o governo em funções com apoio da China e da Rússia, e para comprar a lealdade do exército, mas não resolve nenhuma das contradições fatais que a crise capitalista coloca, só adia a sua resolução. Pior ainda, esta estratégia da burocracia é a maior garantia de desmoralização e crescente apatia das massas, traídas pelas suas direcções enquanto enfrentam a fome e a pobreza numa economia totalmente dependente do petróleo e afundada na mais profunda crise.

Só a classe trabalhadora tem a solução

A única saída da crise é a revolução. Os revolucionários devem fomentar a formação de comités nas fábricas, locais de estudo e bairros não só contra o golpe mas por acções concretas de expropriação e controlo operário das empresas, ultrapassando a burocracia inútil do PSUV. Este é o caminho para concluir o que a revolução bolivariana iniciou! ✿



Sindicato de Estudiantes na Greve Climática Estudantil de 15 de Março, Madrid. Foto: El País.

O CAPITALISMO MATA O PLANETA

GREVE CLIMÁTICA ESTUDANTIL INTERNACIONAL

As alterações climáticas converteram-se numa realidade que põe em risco o futuro do planeta e da própria humanidade. Esta situação de emergência é produto da lógica e do funcionamento do sistema de produção capitalista que arrasa tudo o que encontra, incluindo o meio-ambiente.

Paradoxalmente, os avanços científicos permitiriam começar a travar as alterações climáticas e garantir um mundo sustentável. No entanto, a situação de emergência climática agravou-se alarmantemente. A razão é óbvia: para o sistema capitalista, um sistema onde a produção serve os lucros de uma minoria — ainda que isso suponha austeridade, opressão e barbárie —, travar a destruição do planeta converte-se numa tarefa impossível.

Não é morte, é assassinato!

Os responsáveis pela destruição do meio-ambiente

têm nomes e apelidos: calcula-se que 63% das emissões de CO2 a nível mundial são consequência da actividade de 90 multinacionais, enquanto na Europa 60% da poluição é produzida por cinco destas empresas. Perante esta realidade, muitos especialistas e meios de comunicação levam as mãos à cabeça e perguntam-se como é que é possível que não “exista vontade política” para abordar o problema climático. A resposta é simples: os interesses dos capitalistas são totalmente antagónicos aos da maioria da sociedade.

Um punhado de capitalistas são quem determina o que se produz e como se produz, unicamente com o interesse de seguir obtendo maiores ganhos privados, condenando-nos à austeridade, às privatizações, aos salários de miséria, à opressão e à catástrofe ecológica. Para extirpar o mal pela raíz, há que acabar com o capitalismo, não transformá-

lo ou “torná-lo ecológico”. De facto, o discurso sobre a possibilidade de construir um “capitalismo verde” é uma autêntica utopia e faz-nos desviar do centro do debate, focando-o somente no consumo responsável e nos comportamentos individuais.

Uma sociedade ecológica é possível... com o socialismo

Temos testemunhado nos últimos meses um levantamento da juventude a nível internacional contra as alterações climáticas — uma luta que se está a tornar num veículo de expressão para que milhares de jovens denunciem o beco sem saída a que nos leva o capitalismo. O Sindicato de Estudantes contribui com todas as forças para erguer uma alternativa revolucionária frente a todos os que pretendem esconder os verdadeiros motivos e responsáveis da situação que atravessamos: os grandes capitalistas e os seus governos,

que abrem o caminho à fome voraz de dinheiro ainda que isso signifique desflorestar, contaminar os mares, utilizar energias poluentes...

É fundamental levantar um movimento de massas que defenda um ecologismo revolucionário e anticapitalista, que una a luta da juventude e da classe trabalhadora por uma vida digna para a maioria com um programa que defenda a nacionalização imediata dos principais sectores da economia e as grandes empresas de energia, que acabe com os combustíveis fósseis e que torne realidade uma rede de transportes pública eficaz, ecológica e gratuita, que proíba a destruição capitalista dos nossos oceanos e florestas, que lute contra todas as formas de poluição e por uma sociedade sustentável. A luta pela transformação socialista da sociedade é mais urgente que nunca!